



Cláudia Casimiro*

Análise Social, vol. XLIII (3.º), 2008, 579-601

Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género

Quem, no âmbito da conjugalidade, é mais violento: os homens ou as mulheres? Respostas díspares surgem no âmbito do debate científico sobre a violência no casal, como resultado de perspectivas teóricas distintas, do emprego de metodologias diversas e de populações-alvo diferentes. Torna-se clara a necessidade de distinguir os tipos de violência e os contextos em que esta ocorre e de a analisar para além da sua dimensão física.

Palavras-chave: violência conjugal; género; simetria/assimetria; metodologias.

Within a conjugal relationship, who is more violent: men or women? Different responses to this question arise in scientific debate on marital violence, as a result of different theoretical approaches, the use of different methodologies and differing target populations. There is a clear need to distinguish the types of violence involved and the contexts in which it occurs, and to analyse it beyond the physical aspect.

Keywords: conjugal violence; gender; symmetry/asymmetry; methodologies.

INTRODUÇÃO

Propomo-nos¹ elaborar uma resenha da literatura referente ao debate científico em torno da simetria/assimetria de género da violência no casal. Esta discussão tem procurado esclarecer, principalmente, a seguinte questão: quem, no âmbito da conjugalidade, é mais violento, os homens ou as mulheres? A resposta tem variado ao longo do tempo em função das perspectivas teóricas das quais partem os investigadores, das metodologias empregues e ainda das *populações-alvo* estudadas. Daí que, nos termos em que a questão tem vindo a ser colocada, e sobretudo nos moldes a que tem vindo a ser respondida, se trate, a nosso ver, de uma falsa questão.

Para o demonstrar estruturámos o artigo apresentando primeiro a problemática e os seus aspectos teóricos: enunciamos as linhas de orientação da

* Doutoranda do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Agradeço aos *referees* da *Análise Social* e à Prof.^a Doutora Ana Nunes de Almeida a leitura cuidada que fizeram deste texto, bem como os comentários e as sugestões que apresentaram.



Cláudia Casimiro

perspectiva feminista e dos sociólogos da família² e expomos as distinções que se podem traçar entre tipos de violência. Abordamos depois, de modo sintético, os argumentos e dados a favor da ideia de que as mulheres são tão violentas como os homens e expomos a posição contrária sem entrar na análise do confronto entre as duas perspectivas. De seguida, fazemos a discussão crítica das particularidades e falhas de cada uma destas perspectivas, explicitando por que se estabeleceu um «diálogo de surdos» entre ambas. Procuramos de igual modo enriquecer a discussão, sugerindo e reforçando a necessidade de distinguir tipos de violência e de entender este conceito para além da sua dimensão física. Apresentamos no final algumas notas conclusivas.

PROBLEMÁTICA

As perspectivas tradicionais sobre a violência no casal têm-se baseado na assunção empírica de que os homens têm mais propensão do que as mulheres para se envolverem em actividades violentas nas relações conjugais, sendo a própria expressão «violência conjugal» percebida ainda hoje, por alguns investigadores, como um eufemismo para significar «mulheres agredidas» (*wife battering*).

De facto, a violência conjugal é frequentemente associada à mulher vítima de maus-tratos físicos e/ou psicológicos e, ao matizarmos esta problemática, não pretendemos diminuir nem subestimar a importância do problema das mulheres maltratadas, felizmente cada vez mais reconhecido e investigado.

No âmbito das pesquisas sobre a violência conjugal, a perspectiva feminista³ começou por ser dominante. Aliás, foi apenas a partir da década de

² Esta distinção entre «perspectiva feminista» e «sociólogos da família» emerge de lógicas imanentes ao campo das ciências sociais nos EUA. No contexto europeu, mais do que no contexto americano, as contribuições do feminismo, concretamente dos feminismos marxistas, e, de forma mais alargada, as problemáticas referentes ao género e às relações de poder entre homens e mulheres integraram-se bastante mais na área da sociologia. Porém, são as lógicas da área das ciências sociais americanas que faz sentido aqui abordar na medida em que nos ajudam, justamente, a interpretar e discutir as pesquisas em torno da problemática da simetria/assimetria da violência no casal oriundas, também na sua quase totalidade, do contexto americano.

³ Como notam Abbott e Wallace (1990), classificar as teorias feministas é uma tarefa difícil. Porém, importa sublinhar que, mesmo através de diferentes explicações, tanto a perspectiva liberal/reformista como a marxista, a radical e ainda a socialista focam, acima de tudo, os processos de subordinação e opressão da mulher. No que respeita especificamente à problemática da violência no casal, e apesar de não existir uma teoria unificada, vários são os autores que se interrogaram sobre as razões que conduzem os homens a bater nas mulheres (Bograd, *apud* Dias, 2004, p. 201).



70 do século xx que o problema da violência doméstica atingiu uma visibilidade considerável e se iniciaram, na área das ciências sociais e humanas, estudos mais sistemáticos acerca da violência familiar.

Antes de 1970 dificilmente se encontram trabalhos científicos dedicados a este assunto. O'Brien refere que numa pesquisa efectuada no *Journal of Marriage and the Family* entre os anos de 1939 e de 1970 foi incapaz de encontrar um único artigo que incluísse a palavra «violência» (O'Brien, 1971, p. 692). No ano de 1971 foi editado em Inglaterra o primeiro livro que, de forma séria e apelativa, chamou a atenção para a violência a que muitas mulheres estavam sujeitas nos seus lares. O título do livro, *Scream Quietly or the Neighbours Will Hear*, sugeria, justamente, a urgência de se denunciar de forma veemente o problema da violência contra as mulheres (Silva, 1995, p. 14). A partir desta data, estabeleceu-se uma tentativa séria de compreender este fenómeno e de incentivar políticas de intervenção que permitissem a sua redução e/ou prevenção. A visibilidade da violência doméstica deve-se, em grande parte, ao papel das feministas que, denunciando-a, a retiraram do «nicho» privado em que há séculos se vinha ocultando, contribuindo assim para trazer este problema para a esfera pública (Alder, 1992, p. 277).

A perspectiva feminista estuda a violência conjugal no quadro alargado do patriarcado e encara a violência como uma forma de dominação social através da qual as mulheres são subordinadas e controladas pelos homens. Estas investigações adoptam maioritariamente abordagens qualitativas e centram a sua análise nas mulheres, por si consideradas o principal alvo da violência doméstica, fazendo delas as interlocutoras privilegiadas do investigador. Os autores que seguem esta orientação preocupam-se em descrever o grau, a extensão e a dinâmica da violência sofrida pela mulher, elaboram teorias sobre a psicologia da mulher agredida em consequência do seu estatuto de subordinação em relação ao homem e sublinham as perspectivas políticas subjacentes à relação entre violência e dominação masculina.

É no âmbito dos trabalhos de índole feminista que vários autores advogam que as mulheres são alvo de maior violência do que os homens e refutam de forma peremptória a noção da simetria de género da violência no casal.

Pelo contrário, a perspectiva defendida pelos sociólogos da família⁴ (*family violence researchers*) tende a encarar a violência como um recurso que pode ser utilizado tanto por homens como por mulheres (Archer, 2000). Para a sociologia da família, a questão da violência entre cônjuges é estudada como uma realidade com duas faces: a da violência masculina e a da vio-

⁴ Importa notar que nesta perspectiva se incluem não só sociólogos, mas também autores de áreas afins, como psicólogos, terapeutas familiares e criminologistas — domínios de investigação que, nos EUA, estão em estreita articulação com a sociologia.



Cláudia Casimiro

lência feminina. Deste modo, foca-se a atenção sobre a dinâmica da unidade familiar e/ou conjugal e recorre-se a noções como «relações violentas», «violência no casal» ou «abuso mútuo» em detrimento das expressões «abuso da mulher» ou «mulher violentada».

Nesta óptica, vários investigadores têm vindo a recorrer a metodologias quantitativas, em especial as que aplicam as *conflict tactics scales* (CTS). Para abordar diferentes dimensões da violência familiar, o seu nível e incidência, Murray Straus elaborou, na década de 70, um questionário (que passou a ser designado como *Conflict Tactics Scales*) (Straus, 1979, pp. 75-88) que permite revelar os meios utilizados com mais frequência por homens e mulheres para resolverem os conflitos, identificando e medindo três tácticas diferentes: o recurso à discussão racional e à argumentação, a agressão verbal, em que se incluem os insultos e as ameaças, e, finalmente, a violência, que se traduz no uso explícito de força física. A cada uma destas tácticas estão associados determinados *itens* que são distribuídos numa escala em contínuo desde as formas consideradas menos severas até às mais severas (Straus *et al.*, 1980; Straus, 1990).

Estes inquéritos contemplam homens e mulheres (população em geral e não especificamente indivíduos que se sabe *a priori* que foram alvo de violência no seio do casal) e contribuíram para que os seus autores chegassem à conclusão de que as mulheres são tão ou mais violentas do que os seus maridos/companheiros. A revisão da literatura mostra que foi inicialmente nos EUA, e depois num conjunto de outros países, como o Canadá, o Reino Unido, a Finlândia e a Austrália, que há cerca de duas décadas têm vindo a surgir estudos que fizeram emergir a polémica sobre a questão da simetria do exercício da violência no casal. Um número significativo de estudos que partem do emprego das CTS⁵ sustenta que as agressões cometidas pelas mulheres sobre os homens constituem um fenómeno social comparável, na sua natureza e magnitude, ao das mulheres maltratadas.

A discordância de opiniões entre as duas perspectivas — a das feministas e a dos sociólogos da família — poderá resultar do facto de os seus estudos partirem de pressupostos teóricos diferentes, de recorrerem a populações diversas (mulheres vítimas de violência, no primeiro caso, e população em geral, no segundo) e também de seguirem metodologias de investigação distintas (entrevistas personalizadas feitas a mulheres violentadas *versus* inquéritos aleatórios feitos porta a porta, via postal e telefonicamente). Da enunciação destes aspectos decorre que os tipos de violência estudados por

⁵ De acordo com Straus *et al.*, desde o ano de 1972 que inúmeros estudos, envolvendo milhares de participantes — na ordem dos 70 000 — com origens culturais diversificadas, têm vindo a ser realizados em cerca de vinte países, dando origem a aproximadamente 400 artigos que se basearam em dados obtidos através do uso das *conflict tactics scales* (1996, p. 284).



uma e por outra das referidas perspectivas teóricas são, na sua natureza, distintos. Embora pouco debatido, este é o cerne de toda esta problemática e da divergência de posições em relação à questão da simetria/assimetria de género na violência que ocorre nos casais.

Torna-se assim imperioso que para uma melhor compreensão dos argumentos que de seguida serão apresentados procedamos desde já à definição dos tipos de violência e às distinções que se podem estabelecer entre eles. Adoptando as designações propostas por Michael P. Johnson, podemos conceber um tipo de violência denominado «terrorismo patriarcal» (*patriarchal terrorism*), que está associado à necessidade ou vontade de controlar e é exercido, coercivamente, pelo homem sobre a mulher de forma sistemática e com tendência para aumentar não só em termos de intensidade como também de gravidade — tipo de violência mais estudado pela perspectiva feminista. Um outro tipo de violência é a «violência comum no casal»⁶, que se caracteriza pelo facto de ser praticada tanto pelo homem como pela mulher e que resulta de um conflito específico ou de uma série de tensões conjugais, não estando portanto associado a nenhum padrão específico de poder ou controlo, e cuja frequência e intensidade não aumentam ao longo da vida do casal — tipo de violência mais estudado pelos sociólogos da família (Johnson, 1995, p. 283, 2005, p. 1127, e 2006a, p. 557).

Situado o leitor em relação à problemática em debate, isto é, a existência ou não de simetria de género da violência ocorrida nas relações conjugais e da necessidade de distinguir tipos de violência, passemos de seguida à apresentação dos argumentos segundo os quais as mulheres são tão violentas como os homens.

AS MULHERES — TÃO VIOLENTAS COMO OS HOMENS?

Os trabalhos pioneiros que vieram colocar em causa a ideia estabelecida de que as mulheres eram as principais e maioritárias vítimas da violência conjugal surgiram nos EUA no final da década de 70. Em 1975, Straus, Gelles e Steinmetz coordenaram um trabalho de investigação, o *U. S. National Family Survey*, sobre a violência conjugal nos EUA (Straus *et al.*, 1980), lançando um inquérito nacional em que foram entrevistadas 2143 pessoas casadas ou a coabitar. Os resultados do inquérito revelaram não só que «the marriage license is a hitting licence» (Straus, 1977-1978), mas ainda que as taxas de violência conjugal, incluindo a violência severa, eram mais elevadas

⁶ Nas primeiras investigações desenvolvidas por Michael P. Johnson em torno deste objecto de estudo, o conceito usado foi o de *common couple violence*. Nos seus trabalhos mais recentes optou antes pela expressão *situational couple violence* (1995, p. 283, 2005, p. 1127, e 2006a, p. 557; Leone *et al.*, 2007, p. 427).



Cláudia Casimiro

para as mulheres enquanto agressoras do que para os homens. A violência entre cônjuges começou a deixar de ser considerada uma estrada com um só sentido, sustentando os autores do inquérito que os *cartoons* que ironizavam a este respeito, usando a imagem da mulher agarrada ao rolo da massa ou a atirar tachos e painéis para cima do marido, estavam mais próximos da realidade do que pensavam os autores com simpatias feministas (Straus, *apud* Dobash *et al.*, 1992, p. 71).

Nos anos seguintes, os investigadores continuaram a publicar resultados de novas pesquisas (Steinmetz, 1977 e 1978; Straus, 1977), defendendo a tese de que as mulheres eram tão agressivas no âmbito das relações conjugais quanto os maridos. Steinmetz, uma das defensoras da simetria da violência no casal, argumenta que, apesar do dimorfismo sexual que favorece o homem em termos de tamanho e força, este é muitas vezes sujeito a actos de violência severa por parte da mulher, que, de forma a superar a sua menor força física, acaba por utilizar instrumentos e armas para o agredir. Neste sentido, como defende a autora, pode mesmo falar-se na «síndrome do homem espancado» — tese que lhe valeu algumas ameaças de morte por parte de grupos radicais de feministas⁷.

Em 1985, a pesquisa que tinha sido coordenada dez anos antes por Straus foi repetida (*U. S. National Family Resurvey*), então com a coordenação de Gelles (Straus e Gelles, 1990a). Tendo de novo por base uma amostra nacional, entrevistaram-se telefonicamente 3520 pessoas (homens e mulheres), que relataram não só os actos de violência a que tinham sido sujeitas no ano anterior ao inquérito, como também os actos que elas próprias tinham cometido. Foram obtidos resultados idênticos aos da década anterior, concluindo-se, portanto, que as taxas de violência observadas para homens e mulheres eram muito semelhantes (Straus e Gelles, 1986 e 1990c).

Um dos dados mais relevantes das referidas pesquisas foi o de que os homens surgiam como as vítimas mais frequentes de violência física severa: em 1975, 4,6% dos homens foram vítimas deste tipo de violência *versus* 3,8% de mulheres e, em 1985, os valores encontrados foram, respectivamente, de 4,4% *versus* 3,0%, facto que serviu aos autores para acentuarem o carácter surpreendentemente violento das mulheres (Straus e Gelles, 1990b, p. 104).

Nas décadas seguintes, os trabalhos que analisaram a questão da violência familiar e que recorreram maioritariamente às CTS concluíram que as mu-

⁷ Steinmetz considerou irónico o facto de as pessoas que reclamam que a violência exercida pelas mulheres é de natureza puramente defensiva serem as mesmas que prontamente ameaçam com violência aquelas que apenas publicam estudos científicos (v. <http://www.batteredmen.com/batsewel.htm>, consultado em Março de 2004 na World Wide Web). Também Straus refere, a propósito do estudo publicado na mesma altura, que chegou a ser alvo de várias ameaças, inclusivamente de ameaça de bomba (Straus, 1999, p. 18).



lheres eram tão ou mais violentas do que os homens no âmbito das relações conjugais. Na área da sociologia salientam-se os designados *family conflict studies*, de que são exemplos as investigações de Baldwin (1997), Brush (1990), Carrado *et al.* (1986), Grandin e Lupri (1997), McNeely e Mann (1990), McNeely e Robinson-Simpson (1987), Steinmetz (1977 e 1978), Steinmetz e Lucca (1988), Straus (1993), Straus e Gelles (1986 e 1990a), Straus, Gelles e Steinmetz (1980), Sugarman e Hotaling (1989) e Whitaker *et al.* (2007).

Estes trabalhos tiveram implicações também na área da psicologia, nomeadamente no âmbito da psicologia clínica, fazendo com que os terapeutas familiares e conjugais passassem a reconhecer que, apesar de continuarem a existir muitas mulheres maltratadas, também os homens podiam estar sujeitos à violência conjugal (Kierski, 2002; Magdol *et al.*, 1997; Margolin, 1987; O'Leary, 1986 e 2000; O'Leary *et al.*, 1989). Alguns investigadores reconheceram que o facto de se trabalhar ora com amostras clínicas (mulheres provenientes de casas abrigo), ora com amostras da população em geral, fazia com que os tipos de violência, bem como os indivíduos que se constituíam como agressores ou agredidos, fossem substancialmente diferentes.

Assim se foi consubstanciando a ideia de que as perspectivas teóricas e as práticas de intervenção que focavam quase em exclusivo a violência masculina patriarcal sobre as mulheres poderiam não reflectir o entendimento que muitos casais faziam da sua experiência de vida e, em última instância, negar-lhes o tipo de ajuda de que eventualmente necessitariam (Greene e Bogo, 2002, p. 456).

Os trabalhos de Straus, Gelles e Steinmetz foram os primeiros a gerar controvérsia em relação à questão da simetria da violência e a partir daí, quer nos EUA, quer noutros países ocidentais, outros investigadores que usaram as CTS⁸ vieram reforçar ainda mais a ideia de que as mulheres são tão ou mais violentas do que os homens no âmbito das relações conjugais⁹ (Bland e Orne, 1988; Brinkerhoff e Lupri, 1988; Brinkerhoff *et al.*, 1992; Browning e Dutton, 1986; Brutz e Ingoldsby, 1984; Caetano *et al.*, 2002; Hendy *et al.*, 2003; Kennedy e Dutton, 1989; Meredith *et al.*, 1986; Stets, 1990; Szinovacz, 1983).

⁸ O único estudo quantitativo que chegou à conclusão de que existia simetria de género na violência conjugal e que não se baseou no CTS foi realizado em 1997 por Gonzalez e intitula-se *Why Females Initiate Violence: a Study Examining the Reasons behind Assaults on Men*, unpublished master's thesis, Long Beach, California State University (Gonzalez, *apud* Kimmel, 2002, p. 1336).

⁹ Entre os trabalhos desenvolvidos pelos *family violence researchers* gostaríamos de destacar o de Martin Fiebert (1997), que sintetiza uma bibliografia em que são atentamente analisadas 151 investigações académicas que procuram argumentar que as mulheres são tão ou mais agressivas, sob o ponto de vista físico, do que os seus parceiros masculinos.



Cláudia Casimiro

Neste tipo de investigações, quando questionadas sobre os actos violentos a que são sujeitas e que elas próprias cometem, as mulheres referem terem usado a violência física contra os seus maridos ou companheiros. McNeely e Robinson-Simpson argumentam que, no âmbito da conjugalidade, as mulheres são tão ou mais violentas do que os homens, sendo o homicídio uma das provas desta realidade (McNelly e Robinson, *apud* Dobash *et al.*, 1992, p. 74).

No entender dos mais acérrimos defensores do uso simétrico da violência entre cônjuges, esta, como qualquer outra violência, deve ser entendida antes de mais como uma questão humana, constitutiva das relações conjugais, sejam quais forem os seus actores, e não apenas como um assunto de género.

Nas relações familiares, as mulheres estão, de acordo com a visão que sustenta a simetria da violência, tão dispostas quanto os homens a envolverem-se em actos de violência, embora a imprensa e os trabalhos académicos tenham enquadrado esta problemática partindo da noção de que a violência conjugal é sempre pautada por formas masculinas de comportamentos agressivos, o que contribui para que os cidadãos tendam a formar uma visão inexacta sobre o problema (McNelly *et al.*, 2001, p. 227).

ASSIMETRIA DE GÉNERO NA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Se é verdade que no decorrer das últimas décadas surgiu uma série de publicações enfatizando a simetria de género em relação ao exercício da violência no âmbito da conjugalidade, outras investigações têm vindo a ser paralelamente editadas refutando tal ideia. Na secção seguinte deste artigo, dedicada à «falsa questão da simetria: um diálogo de surdos», abordaremos de perto as críticas que se podem apontar aos trabalhos que defendem a simetria de género na violência conjugal. O que queremos salientar desde já é que, de acordo com inúmeras publicações, não só as mulheres são as principais vítimas da violência conjugal, como são também as que mais sofrem (Avis, 1992; Dobash *et al.*, 1992; Felson e Cares, 2005; Flynn, 1990; Herman, 1990; Johnson e Ferraro, 2000; Kaufman, 1992; Kurz, 1989 e 1993; Nazroo, 1995; Pagelow, 1984 e 1985; Saunders, 2002; Schwartz e DeKeseredy, 1993; Straton, 1994; Tjaden e Thoennes, 1998; Yllo, 1993).

Estes estudos, enquadrados em perspectivas teóricas centradas nas questões da dominação masculina ao nível social e familiar e na subordinação da mulher oprimida, baseiam-se muitas vezes em metodologias de pendor qualitativo e referem-se essencialmente a dados provenientes de casas-abrigo, a informações recolhidas em tribunais, a relatórios policiais, a fontes hospitalares e a grupos de indivíduos que procuram ajuda psicológica (terapias familiares/conjugais). Ainda nesta perspectiva, e mesmo quando a opção metodológica pende para os trabalhos de teor quantitativo e são lançados



Violências na conjugalidade

inquéritos representativos da população, esses inquéritos versam especificamente sobre a criminalidade ou a temática da mulher violentada.

A título de exemplo, podemos referir o *U. S. National Violence against Women Survey*, que inquiriu, no ano de 1996, 8000 homens e 8000 mulheres, num total de 16 000 agregados domésticos, concluindo que os homens agrediam fisicamente três vezes mais as suas mulheres do que estas em sentido inverso (Straus, 1999, p. 18). Ainda no âmbito de inquéritos realizados a nível nacional, refiram-se também o *U. S. National Crime Victimization Survey*, bem como o *Australian National Crime and Safety Survey* e o *Violence against Women Survey*¹⁰, realizado nesse mesmo país (Johnson e Sacco, 1995), ou ainda o *British Crime Survey*¹¹, levado a cabo no Reino Unido.

Para além destes inquéritos extensivos, existem também estudos com amostras mais reduzidas que advogam igualmente que as mulheres são as principais vítimas da violência conjugal. A título de ilustração, apenas dois exemplos: Russell, investigadora principal do National Institute of Mental Health dos EUA, partindo de 930 entrevistas a mulheres com mais de 18 anos, notou como uma em cada sete mulheres americanas já tinha sido violada pelo marido ou pelo ex-marido (Russell, 1982). Mooney, em Londres, com base numa pesquisa realizada a uma amostra de 430 mulheres, revelou que uma em cada três mulheres tinha sido alvo de violência doméstica ao longo da sua vida, 27% tinham sofrido violência física, 37% violência psicológica e 23% violações (Mooney, 1994).

Ou seja, trata-se, em muitos casos, de investigações que são apresentadas aos inquiridos como estando relacionadas com o crime, com a vitimização, com a segurança pessoal e com ferimentos infligidos, concluindo amiúde os seus autores que os homens são fisicamente mais violentos do que as mulheres e que o ataque ou a agressão contra o cônjuge é quase exclusivamente um acto masculino (Straus, 1999, pp. 19-20; Greene e Bogo, 2002, p. 456).

A FALSA QUESTÃO DA SIMETRIA — UM DIÁLOGO DE SURDOS

Propomo-nos agora apresentar e discutir criticamente as particularidades e falhas de cada uma das perspectivas anteriormente enunciadas. Merece

¹⁰ Inquérito sobre as percepções da segurança pessoal e sobre vitimização violenta. Para aprofundamento da questão, v. <http://www.statcan.ca/english/Dli/Data/Ftp/vaw.htm> (consultado em Junho de 2006 na World Wide Web).

¹¹ Este inquérito, que procura obter junto da população informações relacionadas com os crimes a que foi sujeita no último ano e que podem não ter sido denunciadas junto das forças de segurança e/ou serviços policiais, foi lançado pela primeira vez em Inglaterra, no País de Gales e na Escócia no ano de 1982, tendo sido repetido desde então por sete vezes. Desde 2001 que se realiza numa base anual: <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/bcs1.html> (consultado em Agosto de 2006 na World Wide Web).



Cláudia Casimiro

reflexão o facto de os estudos que defendem a assimetria de género no uso da violência e que se baseiam em amostras recolhidas junto de casas-abrigo poderem, num certo sentido, influenciar as conclusões a que se chega, já que não só lidam com mulheres que se sabe, à partida, terem sido vítimas de violência conjugal, como também porque neste tipo de investigações raramente se inquiram as mulheres sobre a violência que elas próprias exerceram ou exercem. Archer (2000) comparou resultados de investigações realizadas com mulheres refugiadas em casas-abrigo e mulheres provenientes da população em geral e chegou à conclusão de que das entrevistas realizadas às mulheres alojadas nestas casas se retiravam índices muito mais elevados de agressões por parte dos cônjuges.

Noutro tipo de investigações onde se analisam amostras gerais da população e em que se conclui serem também as mulheres as principais vítimas de violência doméstica, caso de alguns dos inquiridos supra-citados, o que pode levar a que se chegue a esta conclusão é o facto de se tratar de inquiridos sobre o crime e a segurança pessoal. Ora, tratando-se de inquiridos sobre o crime e sobre os actos que podem provocar ferimentos graves, ameaçando a vida e colocando a segurança da pessoa em risco, excluir-se-ia a maior parte das agressões entre parceiros e especialmente o tipo de agressões vistas como culturalmente aceitáveis e «inofensivas» por parte das mulheres (Straus, 1999, p. 27).

Já em relação aos dados estatísticos de centros de apoio a vítimas e forças de segurança ou forças policiais, que são referidos como uma das fontes que apontam serem as mulheres, numa larga percentagem, as principais vítimas de violência no casal, importa sublinhar que parte dos casos de violência não é contabilizada pela polícia e a que o é refere-se, maioritariamente, àqueles em que ocorreu agressão física. Como as agressões físicas que resultam em ferimentos graves são, na sua vasta maioria, cometidas por homens (Jasinski e Williams, 1998), é expectável que os dados estatísticos resultantes das fontes policiais indiquem que há muito mais homens agressores do que mulheres. Além disso, como sublinham Gully *et al.* (1982), os relatos acerca da violência podem ser influenciados pelo género. Ou seja, mulheres e homens percebem de modos diversos a violência: as mulheres relatam uma maior variedade de situações e actos, como se de violência se tratasse, revelando índices mais elevados de vulnerabilidade do que os homens, que parecem sentir-se menos ameaçados (Edleson *et al.*, 1986; Gully *et al.*, 1982; Hollander, 2001; Mirrlees-Black, 1999). Assim, há que ter em conta que, mesmo que os homens sejam fisicamente violentados pelas mulheres, mais dificilmente recorrerão, nesses casos, a pedidos de auxílio junto de centros de apoio a vítimas ou mesmo da polícia (Straus, 1999, p. 26).

Se se apontam falhas aos trabalhos dos defensores da assimetria da violência no casal, o mesmo pode ser feito em relação aos trabalhos que advogam serem as mulheres tão violentas quanto os homens. Isto porque



não é menos certo que as investigações que realizam inquéritos supostamente representativos de uma amostra geral da população, que se baseiam para tal em metodologias quantitativas, em particular nas CTS, acabam também por poder influenciar os resultados. Em particular, estas análises focam a sua atenção nos actos da violência, ignorando o contexto em que esta ocorre e, assim, as causas várias que a podem motivar (Grandin e Lupri, 1997), bem como o impacto que daí resulta. Deste modo, e como sublinham alguns autores, este tipo de inquérito (CTS) pode ocultar mais do que revelar (Schwartz e DeKeseredy, 1993, p. 259), sendo necessário questionar a ideia de que as mulheres são tão ou mais violentas do que os homens.

Um outro aspecto a ter em consideração é o de que, embora seja mais facilmente perceptível o enviesamento a que podem estar sujeitas as amostras recolhidas junto de mulheres que se sabe *a priori* terem sido vítimas de violência conjugal, a verdade é que os estudos que trabalham com amostras aleatórias da população podem também ser afectados por factores de enviesamento. Johnson e Ferraro (2001) realçaram que muitas vezes as amostras não são aleatórias porque só se entrevistam aqueles indivíduos que não se recusaram a ser entrevistados¹².

Por outro lado, inquéritos como o *U. S. National Family Survey* e o *U. S. National Family Resurvey* não versam, especificamente, sobre a violência exercida sobre as mulheres, pelo que, em princípio, os índices de violência relatados sobre as mulheres serão menores. Para além disso, tendo estes inquéritos sido realizados telefonicamente, é possível que uma mulher vítima de violência por parte do marido ou companheiro se sinta inibida em expor o sucedido, caso esteja acompanhada pelo cônjuge no momento do telefonema. Outro dado não menos relevante é o de que, se forem realizados por homens, estes inquéritos podem inibir as mulheres de relatar a violência a que foram sujeitas, por exemplo, a violência sexual. Há trabalhos que indicam que as mulheres reportam índices mais elevados de agressões sexuais no caso de serem inquiridas por mulheres do que nos casos em que os entrevistadores são homens (Sorenson *et al.*, 1987).

Os apologistas da ideia de que a violência no casal é simétrica fazem-no, como referimos, partindo do uso das CTS, técnica de inquirição que apresenta, de facto, algumas limitações e incongruências do ponto de vista teórico-metodológico, que se podem resumir sinteticamente nos seguintes pontos:

- a) Focam em exclusivo os «actos» de violência, ignorando as interpretações, os motivos, as intenções dos actores e a história da relação

¹² A título de exemplo, no ano em que se realizou nos EUA o *National Family Violence Survey*, os autores obtiveram uma taxa de recusa de entrevistas na ordem dos 40%, e não, como habitualmente referido, de 16%, (Johnson e Ferraro, 2001, p. 97).

- entre esses mesmos actores, ou seja, as razões que podem precipitar a violência, a frequência com que ela ocorre, bem como o contexto em que é praticada;
- b) Ignoram alguns tipos de abuso, como as queimaduras, o sufocamento, a violação ou outros;
 - c) Fazem distinções abusivas entre termos, considerando, por exemplo, que o «tentar bater com um objecto» é uma violência severa, ao passo que o «dar uma estalada» é um tipo de violência menor;
 - d) Ignoram tipos distintos de violência, precisamente por não terem em consideração o contexto em que a violência ocorre: uma violência que seria mais defensiva (*protective-reaction*), julgada como tipicamente praticada pelas mulheres, ou uma violência de teor mais ofensivo (*offensive-aggression*), eventualmente considerada mais passível de ser exercida pelos homens;
 - e) Ignoram o facto de as mulheres poderem aceitar a violência dos maridos como parte da estrutura normativa da família;
 - f) Ignoram as consequências e o impacto que a violência praticada pode ter sobre a vítima¹³.

Na realidade, os próprios autores das CTS reconheceram algumas limitações da metodologia empregue no primeiro inquérito realizado em 1975, o que os levou a rever e melhorar a metodologia original, esclarecendo em publicações posteriores que, tendo em consideração as consequências da violência, bem como aqueles que a iniciam, as mulheres são, claramente, as maiores vítimas da violência conjugal (Gelles, 1995, p. 463). Algumas das modificações mais relevantes efectuadas nos referidos inquéritos passaram pela revisão das expressões usadas, no sentido de as tornar mais objectivas e claras. Foi estabelecida uma maior diferenciação entre níveis considerados mais e menos graves de violência psicológica e física e introduzida uma nova escala que permite medir aspectos emocionais e cognitivos no âmbito das negociações dos conflitos¹⁴ (Straus *et al.*, 1996, pp. 306-307).

Torna-se claro que, apesar da utilidade deste tipo de investigações, que centra a análise da violência no casal partindo da dinâmica das relações

¹³ Para aprofundar algumas das críticas relativas às CTS, cf. Schwartz (1998), Dobash *et al.* (1992), Ferraro e Johnson (1993), Frieze e Brown (1989), Kimmel (2002), Nakhaie (1998), Pagelow (1985), Saunders (1986), Straton (1994) e Szinovacz (1983).

¹⁴ Mesmo assim, a estratégia mais recente de perguntar quem agride em primeiro lugar, no sentido de se procurar compreender quem é o agressor e quem está a agir em legítima defesa, pode ser difícil de contextualizar. Quando uma mulher é espancada ao longo de anos e sabe, pelo comportamento do marido, que está na iminência de sofrer uma agressão desse género, e sabe também que, se for ela a agredi-lo primeiro, acabará por sofrer menos, significará isto que a violência é da responsabilidade da mulher? (DeKeseredy e Schwartz, 1998, p. 4).



interpessoais, a utilização das CTS como forma de apreender o problema da violência e as medidas unidimensionais usadas podem não se revelar capazes de captar alguns aspectos que se revestem da maior importância na compreensão desta problemática.

No entanto, independentemente da questão quantitativa de quem no casal agride mais ou menos, das razões que motivam o exercício da violência, de quem a inicia e das consequências que dela advêm, os trabalhos científicos publicados até agora, mesmo aqueles que partem de perspectivas teóricas distintas e elaboram diferentes explicações para a sua ocorrência, apontam no sentido de se poder falar de uma violência praticada tanto por homens como por mulheres (Eagly e Steffen, 1986; Frieze, 2005; Laroche, 2006; Richardson, 2005).

Esta ideia de que os homens, mas também as mulheres, se podem constituir como agressores¹⁵ reflecte-se, de resto, na expressão «violência no casal» (*partner violence*), que implica a noção de mútua agressão e que agora se utiliza de forma preferencial em substituição de expressões mais tradicionais, como «violência doméstica» (*domestic violence*), «violência marital» (*marital violence*) ou ainda «violência conjugal» (*conjugal violence*), que continuam a remeter para a noção da mulher vítima (Johnson e Ferraro, 2000, p. 948). A alteração dos termos usados na abordagem desta problemática dá-nos conta, por si só, das modificações que têm surgido e do modo como os próprios investigadores têm vindo a reflectir sobre ela.

A discussão sobre a simetria ou a assimetria de género da violência no casal, nos termos em que tem vindo a ser realizada até agora, pode ser encarada como um verdadeiro diálogo de surdos entre os que apoiam uma ou outra das teses. A violência que homens e mulheres exercem sobre os seus cônjuges distingue-se em termos históricos, culturais, motivacionais e contextuais (Dasgupta, 2002, p. 1377) e, nessa medida, não é cientificamente válido ou eticamente aceitável referir-nos à violência no casal sem especificarmos a que tipo de violência nos referimos em concreto (Johnson, 2005, p. 1126).

Antes de se procurar compreender se existe ou não simetria de género no exercício da violência torna-se clara a necessidade de operacionalizar distinções entre tipos de violência de acordo com as suas diferentes origens, dinâmicas e impactos (Johnson, 2006a), evitando generalizações simplistas que criam discussões sem fim à vista e concepções erróneas em torno do assunto. Estabelecendo esta distinção, é possível perceber, por exemplo, que um tipo de violência como o «terrorismo patriarcal» está fortemente associado a padrões de controlo¹⁶, é persistente e continuado e maioritariamente

¹⁵ Em trabalho anterior constatámos que as mulheres reconhecem que são violentas, podendo agir de diferentes modos, consoante o sofrimento que pretendem infligir ao cônjuge (Costa, 1998).

¹⁶ O trabalho de Frey *et al.* (2006) vem confirmar esta hipótese.



Cláudia Casimiro

praticado pelos homens, ao passo que a «violência comum no casal», que ocorre de forma mais esporádica e resulta de conflitos ou tensões entre o casal, tanto pode ser exercida por homens como por mulheres e associa-se mais com a dinâmica relacional/conjugal.

O trabalho de Lupri *et al.* (1994) confirma a forte associação entre níveis de conflito entre cônjuges e o uso de «violência comum no casal» (ou *situational violence*). Em muitos casos, como nota Johnson, os incidentes que podem ser caracterizados como violência comum no casal, apesar de se poderem traduzir em agressões verbais ou mesmo físicas, podem também, por norma, acabar por ser resolvidos a bem através de uma comunicação efectiva entre os cônjuges (2006b)¹⁷.

Neste sentido, as consequências destes dois tipos de violência são igualmente distintas. Ao passo que a «violência comum no casal» não acarreta, normalmente, sequelas físicas graves para aqueles/as que a sofrem (podendo no entanto acarretar outras, sobretudo de natureza psicológica), as mulheres alvo de uma violência do tipo «terrorismo patriarcal» são frequentemente agredidas e correm o risco de que essas agressões aumentem não só de intensidade como de frequência. Sofrem lesões físicas, muitas vezes graves ou mesmo muito graves (e, em consequência, sequelas psicológicas), apresentam sintomas de *stress* pós-traumático e tendem a separar-se ou divorciar-se do cônjuge sempre que podem ou conseguem (Johnson e Leone, 2005, p. 344).

Para além de se revelar fulcral a distinção entre tipos de violência para o debate em torno da problemática aqui focada, gostaríamos ainda de sublinhar a necessidade de alargar o conceito de violência a outras dimensões que não somente a física. Quer as investigações que procuram sustentar a ideia da simetria, quer aquelas que pretendem negá-la ao basearem-se quase em exclusivo na dimensão física da violência¹⁸, concluem que mesmo os actos que poderíamos enquadrar na designada «violência comum no casal» acabam por ser considerados assimétricos na medida em que a violência masculina produz sobre as mulheres danos mais frequentes e mais severos

¹⁷ Tende a associar-se o «terrorismo patriarcal», quando comparado com a «violência comum no casal», a formas mais severas de violência, nomeadamente a violência física. Contudo, e por se tratar de fenómenos distintos, estes dois tipos de violência não devem, em nosso entender, ser definidos em termos de maior ou menor gravidade. Quer isto significar que o primeiro pode não ser, necessariamente, uma forma mais severa do que o segundo, nem tão-pouco se pode afirmar que a dita violência comum no casal, mesmo que tenda, muitas vezes, a ser resolvida através do diálogo, não possa ter implicações sérias e nefastas para os actores sociais nela envolvidos.

¹⁸ O'Leary e Maiuro, por exemplo, salientam que as investigações sobre a violência conjugal menosprezam os aspectos relacionados com o abuso psicológico, em contraste com a atenção que conferem ao abuso físico (2001, pp. XI/XII).



Violências na conjugalidade

(Johnson, 2005, p. 1129) — os autores afirmam-no porque, justamente, partem da dimensão física da violência¹⁹.

O dimorfismo sexual existente entre homens e mulheres faz com que, particularmente quando se trata de violência física, as consequências dos actos praticados pelos homens sobre as mulheres sejam de facto mais graves do que o inverso. E, no caso de se tratar de violência psicológica, como será? Parece-nos legítima a questão.

Curiosamente, e apesar de referir que «a agressão física é a que mais abertamente viola o direito da pessoa à sua individualidade e autonomia, na medida em que a força física é um comportamento por si só muito mais impositivo do que o das palavras ou das atitudes» (1995, p. 22), Luísa Ferreira da Silva acaba simultaneamente por mencionar que «outro tipo de recursos [como sejam os] verbais e instrumentais, [são] muitas vezes apoiados em processos psicológicos subtis cuja violência se pode revelar mais destrutiva do que a violência física, porque insidiosa em vez de aparente» (1995, p. 112).

Como argumenta Frieze, existe uma certa tendência para trivializar a agressão feminina nas relações conjugais porque ela é concebida como não sendo séria (Frieze, 2000, p. 683). No entanto, tendo os investigadores conhecimento de que as mulheres recorrem maioritariamente ao uso de violência psicológica, e sabendo que esta pode ser tão perniciosa e destrutiva como a agressão física, por que razão se descaram os efeitos da violência psicológica, nomeadamente a que é exercida pelas mulheres sobre os homens, os quais podem ser tão graves e nefastos como a violência executada em sentido inverso?

Sem prejuízo da especificidade e potencialidade que as metodologias quantitativas trazem para o conhecimento sociológico, julgamos que, no caso das problemáticas relacionadas com a violência na conjugalidade, uma abordagem de pendor qualitativo pode comportar benefícios em termos da riqueza do material recolhido. Sendo «a tarefa do sociólogo a de falar de um mundo concreto de homens e mulheres [a realização de entrevistas poderá contribuir] para a emergência de um «relevo» numa realidade por vezes «aplanada» pelos números, difícil de obter pelas técnicas de quantificação»²⁰ (Lalanda, 1998, pp. 871-872).

¹⁹ A este propósito, Giddens nota que a violência exercida pelas mulheres acontece de forma mais controlada e episódica quando comparada com a violência praticada pelos homens, tratando-se de uma violência menos propensa a provocar danos físicos (1989, p. 408; Silva 1995).

²⁰ O uso de uma metodologia qualitativa não significa, necessariamente, a realização de entrevistas a mulheres e/ou homens que se saiba *a priori* terem sido alvo de violência no casal. Podem, por exemplo, entrevistar-se amostras da população em geral.



Cláudia Casimiro

Através da realização de entrevistas torna-se, possivelmente, mais exequível a distinção entre tipos de violência. Para além das perguntas de pendor generalista, como, por exemplo, «alguma vez já agrediu o seu cônjuge ou foi por ele agredido?», podem colocar-se questões de âmbito mais específico que incluam *itens* como: definição do que o entrevistado entende por «violência»; contexto onde ocorreu essa violência; motivo para o seu uso; táticas, intencionalidade, frequência e intensidade com que surge; reacção por parte de quem agride e de quem é alvo dessa violência; consequências decorrentes deste tipo de actos. Esta abordagem contextual permite distinguir, entre outros aspectos relevantes, tipos distintos de violência e situações em que uma mulher possa, por exemplo, estar a fazer uso de violência como modo de legítima defesa ou numa atitude pró-activa.

A propósito do problema da violência doméstica, Isabel Dias salienta que se trata de um fenómeno em que existe «uma certa ‘opacidade’ do objecto [já que] existem formas de violência doméstica que não se vêem, mas que se sentem, outras que se vêem mas das quais ninguém fala e, por fim, formas de exclusão e de violência doméstica completamente invisíveis, dado que nós nem sonhamos com a sua existência, nem possuímos *a fortiori* nenhum vocábulo para as designar, [sendo que] no caso da violência doméstica, esta opacidade é ainda mais reforçada, devido ao carácter privado da família moderna» (Dias, 1998, pp. 196-197).

Esta questão da «opacidade» coloca-se ainda com maior acuidade no caso da violência exercida pelas mulheres sobre os homens. Isto porque, muito embora o assunto esteja relativamente inexplorado, sabe-se que uma das formas essenciais de violência que as mulheres exercem no âmbito das relações de conjugalidade é a violência psicológica, que pode entender-se como um padrão de comunicação, verbal ou não, cuja intenção é a de infligir sofrimento psicológico ou que é percebido como tendo essa intenção (Straus e Sweet, 1992).

Apesar de menos perceptível e, nessa medida, mais dificilmente mensurável (Costa e Duarte, 2000; O’Hearn e Davis, 1997; Simonelli e Ingram, 1998), Straus e Sweet, através de um estudo realizado junto de 5232 casais norte-americanos, chegaram à conclusão de que a violência psicológica era exercida em idêntica percentagem por homens (26%) e mulheres (25%) (Strauss e Sweet, 1992). A resultados semelhantes chegou Gelles num estudo realizado ao nível nacional, nos EUA, em que constatou que 74% dos homens e 75% das mulheres inquiridas referiam ter usado pelo menos uma forma de violência psicológica sobre o cônjuge no ano anterior à realização do inquérito (Gelles, 1997).

Havendo certamente diferenças entre as experiências das mulheres e dos homens (não só enquanto agressores/as, mas também enquanto agredidos/as), os dois lados da questão deverão ser aceites como percursos viáveis de



investigação, abrindo-se assim caminho para que o problema da violência no casal possa ser compreendido de uma forma mais plena.

NOTAS CONCLUSIVAS

A descoberta da violência doméstica no contexto dos movimentos feministas e o paradigma que servia de base à sua explicação, segundo o qual a violência era vista como uma questão de género e como uma manifestação do sistema patriarcal em que as mulheres eram oprimidas, marcam um período histórico. É inegável que este movimento contribuiu para que o problema da violência contra as mulheres ganhasse uma nova dimensão e passasse a ser encarado como um verdadeiro problema social: «o que até aí era suportado com a descrição de quem quer salvar as aparências, tornou-se numa forma de luta dos movimentos de mulheres que souberam dar ao sofrimento individual vivido no isolamento das quatro paredes do lar, a dimensão colectiva de uma injustiça socialmente ignorada» (Silva, 1995, p. 15).

Foi também no âmbito deste movimento que se começou a pôr em causa a privacidade familiar, ou seja, o direito, até então tido como inquestionável, de os indivíduos poderem praticar, dentro de suas casas, todos os actos que entendessem sem terem por isso de prestar esclarecimentos ou sem estarem submetidos à interferência de terceiros (Dallos e McLaughlin, 1993, pp. 7-8).

Continuam a existir mulheres brutalmente violentadas pelos seus cônjuges, mas actualmente o problema da violência já não é apenas encarado como uma questão de género. O modelo teórico originalmente esboçado pelos investigadores que seguiam a perspectiva feminista e que explicavam o fenómeno da violência como uma questão de género — colocando o homem no lugar do agressor, do detentor do poder, e a mulher no de vítima, em posição de subordinação — continua a ser válido para explicar as formas de violência severa, por exemplo, o «terrorismo patriarcal», que marcam ainda o quotidiano de muitas mulheres. Porém, tendemos a concordar com Fergusson *et al.* quando afirmam que este modelo já não é suficiente para descrever e interpretar o espectro alcançado pela violência (2002, p. 1135).

A violência no casal, física mas também psicológica, pode em alguns casos não estar tão relacionada com uma questão de género, mas antes com a própria dinâmica conjugal. Por exemplo, com os estilos conjugais, adoptados pelos sujeitos, que podem colidir entre si (Widmer *et al.*, 2004 e 2006); com a dificuldade de fixação de fronteiras no seio do casal (tensão entre o individual/conjugal); com a organização do trabalho e com as expectativas (muitas vezes muitíssimo elevadas) em torno da vida a dois. Tanto assim é que a violência ocorrida em casal não é específica dos casais heterossexuais, acontecendo também em casais homossexuais.



Cláudia Casimiro

No casal, a violência pode assumir um carácter de simetria bilateral, uma vez que tanto os homens como as mulheres podem ser agressores ou agredidos. Contudo, do nosso ponto de vista, os tipos e formas de violência exercidos por ambos, a sua frequência, objectivos e consequências não serão exactamente idênticos. A questão não se deveria colocar, portanto, em termos de quem agride mais ou menos, se existe ou não simetria de género no exercício de violência no casal, porque as violências em causa (e os vários aspectos que lhes estão subjacentes) são distintas entre si (Kimmel, 2002, p. 1355). Um outro olhar sobre a questão torna-se, assim, imperioso: a investigação em torno dessas diferenças, no sentido de alcançar uma compreensão profunda e séria da problemática.

Actualmente, os conhecimentos acerca da violência exercida pelos homens sobre as mulheres estão bastante mais desenvolvidos do que os estudos sobre a agressividade feminina em contexto conjugal (Holtzworth-Munroe, 2005, p. 1124). Abordar este tema de modo a não ferir susceptibilidades não é tarefa fácil. Trata-se de um objecto de estudo delicado sobre o qual se sabe ainda pouco. Os dados das investigações em curso são esparsos e não permitem conclusões definitivas. Não tendo sido até agora abordada entre nós a problemática da simetria de género no que à violência no casal diz respeito, esperamos que ao apresentar um levantamento do estado da arte desta problemática estejamos a contribuir para o debate neste campo.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, P., e WALLACE, C. (1990), *An Introduction to Sociology: Feminist Perspectives*, Londres, Routledge.
- ALDER, C. (1992), «La violence, les sexes et le changement social», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 132, pp. 269-278.
- ARCHER, J. (2000), «Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review», in *Psychological Bulletin*, n.º 126, pp. 651-680.
- AVIS, J. M. (1992), «Where are all the family therapists? Abuse and violence within families and family therapy's response», in *Journal of Marital and Family Therapy*, vol. 18, n.º 3, pp. 225-232.
- BALDWIN, B. M. (1997), *Aggression among Intimate Couples*, tese, Family and Consumer Studies, University of Utah.
- BLAND, R., e ORNE, H. (1988), «Family violence and psychiatric disorder», in *Canadian Journal Psychiatry*, n.º 31, pp. 129-137.
- BRUSH, L. D. (1990) «Violent acts and injurious outcomes in married couples: methodological issues in the National Survey of Families and Households», in *Gender and Society*, vol. 4, n.º 1, pp. 56-67.
- BRINKERHOFF, M. B., e LUPRI, E. (1988), «Interspousal violence», in *Canadian Journal of Sociology*, vol. 13, n.º 4, pp. 407-434.
- BRINKERHOFF, M. B., GRANDIN, E., e LUPRI, E. (1992), «Religious involvement and spousal abuse: the Canadian case», in *Journal for the Scientific Study of Religion*, vol. 13, n.º 4, pp. 15-31.



Violências na conjugalidade

- BROWNING, J., e DUTTON, D. (1986), «Assessment of wife assault with the conflict tactics scales: using couple data to quantify the differential reporting effect», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 48, n.º 2, pp. 375-379.
- BRUTZ, J. L., e INGOLDSBY, B. B. (1984), «Conflict resolution in quaker families», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 46, n.º 1, pp. 21-84.
- CAETANO, R., SCHAFTER, J., FIELD, C., e NELSON, S. M. (2002), «Agreement on reports of intimate partner violence among white, Black, and Hispanic couples in the United States», in *Journal of Interpersonal Violence*, vol. 17, pp. 1308-1322.
- CARRADO, M., GEORGE, M. J., LOXAN, E., JONES, L., e TEMPLAR, D. (1986), «Aggression in British heterosexual relationships: a descriptive analysis», in *Aggressive Behavior*, vol. 22, pp. 401-415.
- COSTA, C. C. (1998), *Representações Sociais da Violência Conjugal*, tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- COSTA, M. E., e DUARTE, C. (2000), *Violência Familiar*, Porto, Edições Ambar.
- DALLOS, R., e MCLAUGHLIN, E. (1993), *Social Problems and the Family*, Londres, Sage Publications.
- DASGUPTA, S. D. (2002), «A framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual relationships», in *Violence against Women*, vol. 8, n.º 11, pp. 1364-1389.
- DEKESEREDY, W. S., e SCHWARTZ, M. D. (1998), «Measuring the extent of woman abuse in intimate heterosexual relationships: a critique of the conflict tactics scales», U. S. Department of Justice Violence against Women Grants Office Electronic Resources (*refereed publication*), pp. 1-7 (consultado em Abril de 2004 na World Wide Web, http://www.vawnet.org/DomesticViolence/Research/VAWnetDocs/AR_ctscrit.php).
- DIAS, I. (1998), «Exclusão social e violência doméstica: que relação?», in *Sociologia*, n.º 8, Porto, Faculdade de Letras, pp. 189-205.
- DIAS, I. (2004), *Violência na Família — Uma Abordagem Sociológica*, Porto, Edições Afrontamento.
- DOBASH, R. P., DOBASH, R. E., WILSON, M., e DALY, M. (1992), «The myth of sexual symmetry in marital violence», in *Social Problems*, vol. 39, n.º 1, pp. 71-91.
- EAGLY, A. H., e STEFFEN, V. J. (1986), «Gender and aggressive behavior. A meta-analytic review of the social psychological literature», in *Psychological Bulletin*, vol. 100, n.º 3, pp. 309-330.
- EDLESON, J. L., e BRYGGER, M. P. (1986), «Gender differences in reporting of battering incidences», in *Family Relations*, vol. 35, n.º 3, pp. 377-382.
- FELSON, R. B., e CARES, A. C. (2005), «Gender and the seriousness of assaults on intimate partners and other victims», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 67, pp. 1182-1195.
- FERGUNSSON, D. M., HORWOOD, L. J., e RIDDER, E. M. (2002), «Rejoinder», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 67, pp. 1131-1136.
- FERRARO, K. J., e JOHNSON, J. M. (1993), «How women experience battering: the process of victimization», in *Social Problems*, n.º 30, pp. 325-338.
- FIEBERT, M. S. (1997), «Annotated bibliography: references examining assaults by women on their spouses/partners», in B. M. Dank e R. Refinette (eds.), *Sexual Harassment & Sexual Consent*, vol. 1., New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 273-286.
- FLYNN, C. P. (1990), «Relationship violence by women: issues and implications», in *Family Relations*, vol. 39 (Abril), pp. 194-198.
- FRIEZE, I. H. (2000), «Violence in close relationships — development of a research area: comment on Archer (2000)», in *Psychological Bulletin*, vol. 126, n.º 5, pp. 681-684.
- FRIEZE, I. H. (2005), «Female violence against intimate partners: an introduction», in *Psychology of Women Quarterly*, vol. 29, n.º 3, pp. 229-237.
- FRIEZE, I. H., e BROWNE, A. (1989), «Violence in marriage», in L. Ohlin e M. Tonry (eds.), *Family Violence*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 163-218.



Cláudia Casimiro

- FREY, V. MANGANELLO, J., CAMPBELL, J. C., WALTON-MOSS, B., e WILT, S. (2006), «The distribution of and factors associated with intimate terrorism and situational couple violence among a population-based sample of urban women in the United States», in *Journal of Interpersonal Violence*, vol. 21, n.º 10, pp. 1286-1313.
- GELLES, R. J. (1995), «Family violence and abuse», in R. J. Gelles (ed.), *Contemporary Families — A Sociological View*, Londres, Sage Publications, pp. 449-483.
- GELLES, R. J. (1997), *Intimate Violence in Families*, Thousand Oaks, CA, Sage.
- GIDDENS, A. (1989), *Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- GRANDIN, E., e LUPRI, E. (1997), «Intimate violence in Canada and the United States: a cross-national comparison», in *Journal of Family Violence*, vol. 12, n.º 4, pp. 417-443.
- GREENE, K., e BOGO, M. (2002), «The different faces of intimate violence: implications for assessment and treatment», in *Journal of Marital and Family Therapy*, vol. 28, n.º 4, pp. 455-466.
- GULLY, K. J., PEPPING, M., e DINGERINK, H. A. (1982), «Gender differences in third-party reports of violence», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 44, n.º 2, pp. 497-498.
- HENDY, H. M., WEINER, K., BAKEROFSKIE, J., EGGEN, D., GUSTITUS, C., e MCLEOD, K. C. (2003), «Comparison of six models for violent romantic relationships in college men and women», in *Journal of Interpersonal Violence*, vol. 18, pp. 645-665.
- HERMAN, J. L. (1990), «Sex offenders: a feminist perspective», in W. L. Marshall, D. R. Laws e H. E. Barbaree (eds.), *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender*, Nova Iorque, Congdon and Weed, pp. 177-193.
- HOLLANDER, JOCELYN, A. (2001), «Vulnerability and dangerousness. The construction of gender through conversation about violence», in *Gender & Society*, vol. 15, n.º 1 (Fevereiro), pp. 83-109.
- HOLTZWORTH-MUNROE, A. (2005), «Male versus female intimate partner violence: putting controversial findings into context», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 67, pp. 1120-1125.
- JASINSKI, J. L., e WILLIAMS, L. M. (1998), *Partner Violence*, Thousand Oaks, CA, Sage.
- JOHNSON, M. P. (1995), «Patriarchal terrorism and common couple violence: two forms of violence against women», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 57, pp. 283-294.
- JOHNSON, H., e SACCO, V. F. (1995), «Researching violence against women: Statistics Canada's National Survey», in *Canadian Journal of Criminology*, vol. 37, n.º 3, pp. 281-304.
- JOHNSON, M. P., e FERRARO, K. J. (2000), «Research on domestic violence in the 1990's: making distinctions», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 62, pp. 948-963.
- JOHNSON, M. P., e FERRARO, K. J. (2001), «Conflict and control: symmetry and asymmetry in domestic violence», in Alan Booth, Ann C. Crouter e Mari Clements (eds.), *Couples in Conflict*, Londres, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, pp. 95-104.
- JOHNSON, M. P., (2005), «Domestic violence: it's not about gender — or is it?», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 67, pp. 1126-1130.
- JOHNSON, M. P. (2006a), «Violence and abuse in personal relationships: conflict, terror, and resistance in intimate partnerships», in Anita Vangelisti e Daniel Perlman (eds.), *The Cambridge Handbook of Personal Relationships*, Nova Iorque, Cambridge University Press, pp. 557-577.
- JOHNSON, M. P. (2006b), «Gendered communication and intimate partner violence», in Bonnie J. Dow e Julia T. Wood (eds.) *The Sage Handbook of Gender and Communication*, Londres, Sage Publications, pp. 71-86.
- JOHNSON, M. P., e LEONE, J. M. (2005), «The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence. Findings from the National Violence against Women Survey», in *Journal of Family Issues*, vol. 26, pp. 322-349.
- KAUFMAN, G. (1992), «The mysterious disappearance of battered women in family therapists' offices: male privilege colluding with male violence», in *Journal of Marital and Family Therapy*, vol. 18, n.º 3, pp. 233-243.
- KENNEDY, L. W., e DUTTON, D. G. (1989), «The incidence of wife assault in Alberta», in *Canadian Journal of Behavioural Science*, vol. 21, n.º 1, pp. 40-54.



Violências na conjugalidade

- KIERSKI, W. (2002), «Female violence: can we therapists face up to it?», in *Counseling and Psychotherapy Journal CPJ*, vol. 13, n.º 10, pp. 32-35.
- KIMMEL, M. S. (2002), «'Gender symmetry' in domestic violence. A substantive and methodological research review», in *Violence against Women*, vol. 8, n.º 11, pp. 1332-1363.
- KURZ, D. (1989), «Social science perspectives on wife abuse: current debates and future directions», in *Gender and Society*, n.º 3, pp. 489-505.
- KURZ, D. (1993), «Physical assaults by husbands: a major social problem», in R. J. Gelles e D. R. Loseke (eds.), *Current Controversies on Family Violence*, Sage, Newbury Park, pp. 88-103.
- LALANDA, P. (1998), «Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica», in *Análise Social*, vol. XXXIII (148), n.º 4, pp. 871-883.
- LAROCHE, D. (2006), «Terrorisme conjugal envers les homes et les femmes chez les victims d'un ex-conjoint en 1999 et en 2000 au Canada», in *Données Sociodémographiques en bref*, vol. 10, n.º 2 (Fev.), pp. 5-8.
- LEONE, J. M., JOHNSON, M. P., e COHAN, C. L. (2007), «Victim help seeking: differences between intimate terrorism and situational couple violence», in *Family Relations*, vol. 56 (Dezembro), pp. 427-439.
- LUPRI, E., GRANDIN, E., e BRINKERHOFF, M. B. (1994), «Socioeconomic status and male violence in Canadian home: a reexamination», in *Canadian Journal of Sociology*, vol. 19, n.º 1, pp. 47-73.
- MAGDOL, L., MOFFITT, T. E., CASPI, A., NEWMAN, D. L., FAGAN, J., e SILVA, P. A. (1997), «Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-year-olds: bridging the gap between clinical and epidemiological approaches», in *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, n.º 65, pp. 68-78.
- MARGOLIN, G. (1987), «The multiple forms of aggressiveness between marital partners: how do we identify them?», in *Journal of Marital and Family Therapy*, vol. 13, n.º 1, pp. 77-84.
- MCNEELY, R. L., e ROBINSON-SIMPSON, G. (1987), «The truth about domestic violence: a falsely framed issue», in *Social Work*, vol. 32, n.º 6, pp. 485-490.
- MCNEELY, R. L., e MANN, C. R. (1990), «Domestic violence is a human issue», in *Journal of Interpersonal Violence*, n.º 5, pp. 129-132.
- MCNEELY, R. L., COOK, P. W., e TORRES, J. B. (2001), «Is domestic violence a gender issue, or a human issue?», in *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, vol. 4, n.º 4, pp. 227-251.
- MEREDITH, W. H., DOUGLAS, A. A., e SCOT, L. A. (1986), «Family violence: its relation to marital and parental satisfaction and family strengths», in *Journal of Family Violence*, vol. 1, n.º 4, pp. 299-305.
- MIRRLEES-BLACK, C. (1999), *Domestic Violence: Findings from a New British Crime Survey Self-completion Questionnaire*, Londres, Home Office Research Study 191.
- MOONEY, J. (1994), *The Hidden Figure — Domestic Violence in North London*, Londres, Islington Council.
- NAKHAIE, M. R. (1998), «Asymmetry and symmetry of conjugal violence», in *Journal of Comparative Family Studies*, vol. 29, n.º 3, pp. 549-567.
- NAZROO, J. (1995), «Uncovering gender differences in the use of marital violence: the effect of methodology», in *Sociology*, vol. 29, n.º 3, pp. 475-494.
- O'BRIEN, J. E. (1971), «Violence in divorce-prone families», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 33, n.º 4, *Violence and the Family and Sexism in Family Studies*, parte 2, pp. 692-698.
- O'HEARN, R. E., e DAVIS, K. E. (1997), «Women's experience of giving and receiving emotional abuse», in *Journal of Interpersonal Violence*, vol. 12, n.º 3, pp. 375-391.
- O'LEARY, K. D. (1986), «Assertion and family violence correlates of spouse abuse», in *Journal of Marital and Family Therapy*, vol. 12, n.º 3, pp. 281-289.
- O'LEARY, K. D. (2000), «Are women really more aggressive than men in intimate relationships? Comment on Archer (2000)», in *Psychological Bulletin*, vol. 126, n.º 5, pp. 685-690.



Cláudia Casimiro

- O'LEARY, K. D., BARLING, J., ARIAS, I., ROSENBAUM, A., MALONE, J., e TYREE, A. (1989), «Prevalence and stability of physical aggression», in *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, vol. 57, n.º 2, pp. 263-268.
- O'LEARY, K. D., e MAIURO, R. (eds.) (2001), *Psychological Abuse in Violent Domestic Relations*, Nova Iorque, Springer Publishing Company.
- PAGELOW, M. D. (1984), *Family Violence*, Nova Iorque, Praeger.
- PAGELOW, M. D. (1985), «The 'battered husband syndrome': social problem or much about little», in Norman Johnson (ed.), *Marital Violence, Sociological Review Monograph*, 31, Londres, Routledge & Kegan Paul, pp. 172-195.
- RICHARDSON, D. S. (2005), «The myth of female passivity: thirty years of revelations about female aggression», in *Psychology of Women Quarterly*, vol. 29, n.º 3, pp. 238-247.
- RUSSELL, D. E. (1982), *Rape in Marriage*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.
- SAUNDERS, D. G. (1986), «When battered women use violence: husband-abuse or self-defense?», in *Violence and Victims*, n.º 1, pp. 47-60.
- SAUNDERS, D. G. (2002), «Are physical assaults by wives and girlfriends a major social problem? A review of the literature», in *Violence against Women*, vol. 8, n.º 12 (Dezembro), pp. 1424-1448.
- SCHWARTZ, M. D., e DEKESEREDY, W. S. (1993), «The return of the «battered husband syndrome» through the typification of women as violent», in *Crime, Law and Social Change*, n.º 20, pp. 249-265.
- SILVA, L. F. (1995), *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*, Celorico de Basto, À Bolina Editores.
- SIMONELLI, C., e INGRAM, K. M. (1998), «Psychological distress among men experiencing physical and emotional abuse in heterosexual dating relationships», in *Journal of Interpersonal Violence*, vol. 13, n.º 16, pp. 667-681.
- SORENSEN, S. B., STEIN, J. A., SIEGEL, J. M., GOLDING, J. M., e BURNHAM, M. A. (1987), «The prevalence of adult sexual assault — the Los Angeles Epidemiologic Catchment Area Project», in *American Journal of Epidemiology*, vol. 126, n.º 6, pp. 1154-1164.
- STEINMETZ, S. K. (1977) «Wife beating, husband beating — a comparison of the use of physical violence between spouses to resolve marital fights», in M. Roy (ed.), *Battered Women*, New York, Van Nostrand Reinhold.
- STEINMETZ, S. K. (1978) «The battered husband syndrome», in *Victimology*, vol. 2, n.º 3/4, pp. 499-509.
- STEINMETZ, S. K., e LUCCA, J. S. (1988), «Husband battering», in V. B. van Hasselt, L. R. Morrison, A. S. Bellack e M. Hersen (eds.), *Handbook of Family Violence*, New York, Plenum Press, pp. 233-246.
- STETS, J. E. (1990), «Verbal and physical aggression in marriage», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 52, n.º 3, pp. 501-514.
- STRATON, J. C. (1994), «The myth of the 'battered husband syndrome'», in *Masculinities: Interdisciplinary Studies on Gender*, n.º 24, pp. 79-82.
- STRAUS, M. A. (1977), «Physical assaults by women partners: a major social problem», in M. R. Walsh (ed.), *Women, Men and Gender: Ongoing Debates*, New Haven, CT, Yale University Press, pp. 210-221.
- STRAUS, M. A. (1977-1978), «Wife-beating: how common, and why?», in *Victimology*, n.º 2, pp. 443-458.
- STRAUS, M. A. (1979), «Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics scales (CTS)», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 41 (Fevereiro), pp. 75-88.
- STRAUS, M. A. (1990), «Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics scales (CTS)», in M. A. Straus e R. J. Gelles, *Physical Violence in American Families: Risk Factors and Adaptations to Violence in 8,145 Families*, New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 29-47.
- STRAUS, M. A. (1993), «Physical assaults by wives: a major social problem», in R. J. Gelles e D. R. Loseke, *Current Controversies on Family Violence*, Sage Publications.



Violências na conjugalidade

- STRAUS, M. A. (1999), «The controversy over domestic violence by women — a methodological, theoretical, and sociology of science analysis», in X. B. Arriaga e S. Oskamp (eds.), *Violence in Intimate Relationships*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 17-44.
- STRAUS, M. A., GELLES, R. J., e STEINMETZ, S. K. (1980), *Behind Closed Doors — Violence in the American Family*, New York, Doubleday/Anchor.
- STRAUS, M. A., e GELLES, R. J. (1986), «Societal changes and changes in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 48, n.º 3, pp. 465-479.
- STRAUS, M. A., e GELLES, R. J. (1990a), *Physical Violence in American Families: Risk Factors and Adaptations to Violence in 8,145 Families*, New Brunswick, N. J., Transaction Publishers.
- STRAUS, M. A., e GELLES, R. J. (1990b), «How violent are American families. Estimates from the National Family Violence Resurvey and other studies», in *Physical Violence in American Families*, in M. A. Straus e R. J. Gelles (eds.), New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 95-112.
- STRAUS, M. A., e GELLES, R. J. (1990c), «Societal changes and changes in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys», in M. A. Straus e R. J. Gelles (eds.), *Physical Violence in American Families*, New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 113-132.
- STRAUS, M.A., e SWEET, S. (1992), «Verbal/symbolic aggression in couples: incidence rates and relationships to personal characteristics», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 54, n.º 2, pp. 346-357.
- STRAUS, M. A., HAMBY, S. L., BONEY-MCCOY, S., e SUGARMAN, D. B. (1996), «The revised conflict tactics scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data», in *Journal of Family Issues*, vol. 17, n.º 3, pp. 283-316.
- SUGARMAN, D. B., e HOTALING, G. T. (1989), «Dating violence: prevalence, context, and risk markers», in A. A. Pirog-Good e J. E. Stets (eds.), *Violence in Dating Relationships: Emerging Social Issues*, New York, Praeger, pp. 3-31.
- SZINOVACZ, M. E. (1983), «Using couple data as a methodological tool: the case of marital violence», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 45, n.º 3, pp. 633-644.
- TJADEN, P., e THOENNES, N. (1998), *Prevalence, Incidence, and Consequences of Violence against Women: Findings from the National Violence against Women Survey*, Washington, D. C., National Institute of Justice.
- WIDMER, E. D., KELLERHALS, J., e LEVY, R. (2004), «Quelle pluralisation des relations familiales? Conflits, types d'interactions conjugales et milieu social», in *Revue Française de Sociologie*, vol. 45, pp. 37-67.
- WIDMER, E., KELLERHALS, J., e LEVY, R. (2006), «Types of conjugal interactions and conjugal conflict: a longitudinal assessment», in *European Sociological Review*, vol. 22, n.º 1 (Fevereiro), pp. 79-89.
- WHITAKER D. J., et al. (2007), «Differences in frequency of violence and reported injury between relationships with reciprocal and nonreciprocal intimate partner violence», in *American Journal of Public Health*, vol. 97 (Maio), n.º 5, pp. 941-947.
- YLLO, K. A. (1993), «Through a feminist lens: gender, power, and violence», in R. J. Gelles e D. R. Loseke (eds.), *Current Controversies on Family Violence*, Sage, Newbury Park, pp. 31-46.